

A política como incômodo

Marco Aurélio Nogueira é doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e Professor Titular da Universidade Estadual Paulista.

Resumo

O texto pretende argumentar que o cenário dominante de “crise da política” nas sociedades modernas reflete um complexo processo de reconfiguração da vida social e do modo como se vive. Mediante diálogo crítico com alguns representantes da sociologia política da modernidade radicalizada, procura agregar elementos para que se perceba que o atual fracasso da política é o fracasso de um modo de fazer e de pensar a política, herdeiro direto do “capitalismo histórico”. Não é o fracasso da política como tal, mas de uma modalidade de política, de sistema político, de prática política. Deve ser associado a uma espécie de fadiga do material de que foi forjada a política moderna, que sempre esteve referenciada por Estados nacionais e constitucionais fortes, por partidos de massas e parlamentos ativos, bem como pelo funcionamento eficaz de regimes de democracia representativa.

Palavras-chave

Crise da política, sociedades modernas, democracia representativa

Abstract

This article holds that the dominant scene of the “crisis of politics” in modern societies reflects a complex process of reconfiguration of social life and way of living. Through critical dialogue with some representatives of political sociology of radicalized modernity, it suggests that current failure of politics is the failure of one way of doing and thinking about politics, direct heir of “historical capitalism”. It is not the failure of politics as such, but of a mode of politics, political system, political practice. It must be associated with a sort of fatigue of the material which composed modern politics, which has always been based on strong national and constitutional states, on mass parties and active parliaments, as well as on the efficient functioning of representative democracies.

Key words

Political crises, modern societies, representative democracy

No correr das últimas décadas do século XX, a ideia de “crise da política” tornou-se lugar comum no debate público. Inúmeras intervenções teóricas têm buscado dar conta do tema, que funciona com um poderoso indicador, por sua relevância e contundência, de que se vive em uma época de desconstrução e de reconfiguração das instituições e das práticas sociais.

Evoluindo sobre uma base de decepção social com o Estado e em um contexto simultaneamente inflacionado de demandas e expectativas e esvaziado de ideologias substantivas, a política já não parece mais se encaixar nos cálculos e nas apostas contemporâneas. Passamos a viver sob a sensação regular de que a política não nos diz muito respeito e, pior, nos causa aborrecimento e frustração constante.

Diante disso, é profunda a divergência e o desentendimento (entre os cidadãos, os políticos e também entre os especialistas), seja em termos de diagnóstico, seja em termos das providências de recuperação. Particularmente no que diz respeito ao diagnóstico, às causas dos problemas, as atenções distribuem-se entre a constatação de que os sistemas de representação e governo estão a falhar e a reiteração de que o defeito está na má qualidade dos políticos e na incapacidade de os partidos políticos continuarem a funcionar como veículos de articulação social. Muitas análises enfatizam também os efeitos funestos que sobre a política exerce o predomínio avassalador do capital, da economia e do mercado, que, entre outras coisas, aprofunda a competição entre os membros da sociedade, enfraquece os canais tradicionais de coesão e solidariedade e encurrala os Estados nacionais. Sobretudo nas abordagens que valorizam a análise sociológica, tende-se ainda a buscar as raízes do problema na “desconstrução do social” e na superindividualização (Touraine, Castel), que teriam forçado os cidadãos a exacerbar seus direitos sem manter os olhos na coletividade, desinteressando-se do Estado e da comunidade política.

O texto que se segue pretende refletir livremente sobre o tema, que integra em lugar de destaque a agenda das ciências sociais e dos embates democráticos do início do século XXI.

Começamos com uma ponderação cautelar. O fracasso da política, na verdade, é o fracasso de um modo de fazer e de pensar a política, herdeiro direto daquilo que poderíamos chamar de “capitalismo histórico”. Não é o fracasso da política como tal, mas de uma modalidade de política, de sistema político, de prática política. Deve ser associado a uma espécie de fadiga do material de que foi forjada a política moderna, que sempre esteve referenciada por Estados nacionais e constitucionais fortes, por partidos de massas e parlamentos ativos, bem como (e sobretudo) pelo funcionamento eficaz de regimes de democracia representativa. Não estamos, portanto, diante do “fim da política” ou às portas de uma forma de vida “pós-política”, na qual se viveria “sem política” e sem políticos.

Continuamos a precisar de política, gostando ou não gostando dela e sendo ela ou não capaz de responder às nossas expectativas. Dada a gravidade dos problemas atuais e a crescente complexidade das formações sociais contemporâneas, essa necessidade é hoje ainda maior. Se as sociedades parecem ter “perdido” a política, não é tanto por não a apreciarem, mas sim por não conseguirem se reconhecer nela e controlá-la. O homem do século XXI continua a ser um *zoon politikon* tal como sugerido pelos gregos, um “animal político” estrutural e subjetivamente predisposto a resolver seus problemas de forma dialógica e reflexiva. Mantemos intacto nosso interesse na “boa sociedade” e no “bom governo”, queremos interferir no modo como nos governam e participar da formação das decisões que nos dizem respeito enquanto pessoas e enquanto seres sociais. Tudo isso é política, e política com “P” maiúsculo. Tanto é que, por sobre o fracasso da política, nossa época está sendo bastante prolífica na produção de novas formas de política – de ação política, de institucionalidade política, de pensamento político, de gestão governamental –, além de ser também, categoricamente, uma época mais democrática e mais participativa. O problema é que essas novas formas ainda não têm fôlego e força suficientes para se impor e comandar a ponto de superar o modo “tradicional” de fazer política, que prevalece largamente. Além do mais, as novas formas não puderam se traduzir em uma vontade coletiva estável e forte o suficiente tanto para articular o espaço público (palco das lutas políticas) e minimizar os efeitos da fragmentação social que se alastra, quanto para controlar os governos e qualificar a democracia representativa, que se ressentiu, também ela, de um ajuste aos novos termos do jogo social.

Para sugerir uma contraposição com que ilustrar o discurso que se seguirá, creio que podemos associar a política “tradicional” – aquela que nos incomoda e aborrece – ao poder, à conquista e ao uso do poder, ao passo que as novas formas de política, que emergem hoje de modo imperfeito como produto de uma modernidade altamente reflexiva, estão vinculadas ao desejo de obter resultados positivos tanto no plano individual quanto no coletivo. De certa maneira, o cidadão contemporâneo tende a se afastar da “política-poder” em direção à “política-vida”, a uma política concentrada nos estilos de vida, no “eu” e no corpo, ainda que não inteiramente descolada dos interesses coletivos (GIDDENS, 2002). Em decorrência, incomoda-se com o que vê acontecer na esfera mais especializada da política, que muitas vezes não lhe diz respeito e o agride em termos éticos e morais. Deseja uma política que lhe ajude a fazer escolhas de caráter existencial profundo, associadas ao lado mais pessoal da vida, ainda que não necessariamente individualizado.

Não é por outro motivo que a dimensão ética e moral da política tornou-se central na vida contemporânea, ocupando lugar tão relevante na agenda pública quanto as questões associadas à identidade, ao reconhecimento, ao corpo, aos direitos de novo tipo. Seria possível dizer que os indivíduos de uma era social mais reflexiva, que precisam lidar com informações múltiplas e cambiantes e devem responder eles próprios aos desafios daí derivados, desencadeiam uma exigência de refundação e de “remoralização” da vida social como um todo e, portanto, põem em xeque a política e seus sistemas.

“A política-vida é a política de uma ordem reflexivamente mobilizada – o sistema da modernidade tardia – que, num nível individual e coletivo, alterou radicalmente os parâmetros existenciais da atividade social. É uma política de autorrealização num ambiente reflexivamente organizado, onde a reflexividade liga o eu e o corpo a sistemas de alcance global. (...) Refere-se a questões políticas que fluem a partir dos processos de autorrealização em contextos pós-tradicionais, onde influências globalizantes penetram profundamente no projeto reflexivo do eu e, inversamente, onde os processos de autorrealização influenciam as estratégias globais” (GIDDENS, 2002, p.197).

A “política-poder”, por sua vez, opera com outros critérios. Está institucionalizada e formata suas agendas em função de questões que nem sempre sensibilizam os cidadãos e só indiretamente atendem às suas expectativas. Em sua tradução progressista, democrática e reformadora, ela se realiza como política emancipatória, para continuar falando com os termos de Giddens, ou seja, como “uma visão genérica interessada, acima de tudo, em libertar os indivíduos e grupos das limitações que afetam negativamente suas oportunidades de vida. Ela envolve dois elementos principais: o esforço por romper as algemas do passado, permitindo assim uma atitude transformadora em relação ao futuro; e o objetivo de superar a dominação ilegítima de alguns indivíduos e grupos por outros” (GIDDENS, 2002, p. 194).

Disso se pode extrair a hipótese de que a política, que jamais poderá se afastar por completo da luta pelo poder e pela emancipação, somente terá como se recompor se souber trazer para si as questões e expectativas que integram a “política-vida”. Não há nenhum abismo intransponível separando as duas dimensões da política, mas sem um movimento de aproximação e interpenetração elas tenderão a evoluir se retroalimentando negativamente.

A política continua a ser um recurso social inestimável: é um instrumento para que se componham e se processem interesses, demandas, direitos e diferenças, base para a configuração de um “contrato social”, de um pacto ético-político com o qual os distintos indivíduos e os distintos grupos possam viver juntos. É a política – o convívio político, a perspectiva da *polis*, da comunidade política, os procedimentos políticos – que faz com que

indivíduos, grupos e sociedades estabeleçam e sigam parâmetros de ordem e obediência não necessariamente impostos pela força, pela ameaça, pela pressão. A obediência politicamente construída cria a comunidade organizada, com regras válidas para todos. A obediência política, nesse sentido, caminha junto com o consentimento, que, diferentemente da aceitação passiva de ordens, significa reconhecimento da validade de um código de procedimentos, do direito que um determinado grupo (um partido, um movimento) tem de reivindicar a prerrogativa de tomar decisões em nome dos demais e garantir o cumprimento delas.

A política continua a ser um espaço de disputas e conflitos, um recurso com que encaminhar pretensões e postulações. Expressa o desejo que indivíduos e grupos têm de acumular poder, de conseguir o direito de usar a “força legal” para impor decisões e modelar a vida coletiva (a vida dos outros) segundo seus interesses e valores, de influir na constituição da coletividade e na definição de seus rumos. A política também continua a ser uma alternativa à guerra: torna possível que os conflitos sociais não terminem em destruição, ou seja, faz com que os conflitos tenham uma dimensão positiva e reforcem, em vez de impedir, a convivência dos diferentes. Transforma “o conflito destrutivo em agonismo e competição vital” (Barcellona, 1997, p. 14). Ela expressa a sociabilidade reflexiva inerente ao homem, ou seja, é uma ação que se afirma como interação, como ação orientada pelos outros e pela comunicação com os outros (ou contra os outros). Política é luta por poder, é desejo de afirmação, é disputa de hegemonia, ou seja, esforço para ocupar uma posição estratégica em termos de direção intelectual e moral no âmbito de uma comunidade organizada (Gramsci). Mas justamente por isso, ela é uma usina de vida coletiva, uma decisiva alavanca de construção comunitária, um espaço no qual uma comunidade pode melhorar sua autoconsciência e os cidadãos podem elaborar seus direitos e seus deveres.

Até onde pode ir nossa imaginação, não há como vislumbrar comunidades humanas complexas que vivam sem mediação política: sem um Estado que viabilize os processos de formação da vontade política, de representação dos interesses e de tomada de decisões, e sem um Estado que seja o fiador de tudo aquilo que é vida pública e requisito de convivência civilizada -- segurança, justiça, educação, saúde, igualdade social. As sociedades continuam a necessitar de centros de coordenação, de regulação e de direção. É precisamente por isso que a política tende sempre a trazer consigo uma estrutura, um sistema, um conjunto de regras e procedimentos, coisas que assumem a forma de instituições “sólidas”, localizadas, fixas e mais ou menos estáveis.

Temos aí uma janela para explorar: o atual fracasso da política não estaria por acaso associado a uma tensão, a um atrito, que se manifestaria entre esse caráter fixo e instituído da política e a emergência de uma forma de vida dominada pela fluidez, pela mudança incessante, pela instabilidade e pela movimentação?

Hiperatividade, individualização e predisposição democrática

Assistimos hoje a um contundente processo de transformação social, que repercute com força em todos os planos: na economia, na cultura, na educação, no modo de trabalhar, nos relacionamentos, nas práticas sociais. Estamos vivendo de outro modo, ainda que não percebamos bem isso.

Hoje temos mais de algumas coisas básicas: velocidade, conectividade, direitos e diferenças, desigualdades, mídia e informação, fragmentação, erosão dos laços de pertencimento, insegurança, riscos e incerteza. Nada disso pode ser delimitado claramente

no tempo e no espaço. E, para complicar, nada disso tem uma fonte originária localizada e conhecida: são, digamos assim, o preço que se paga simplesmente pelo fato de se viver na civilização atual. São “perigos” não desejáveis, situações que nos desafiam, novidades que não controlamos, cujos efeitos não temos como prever, cujos benefícios nem sempre podemos usufruir. São eventos que nos atormentam, mas que também nos potencializam.

Falando de maneira mais concisa, passamos a viver sob a égide de seis grandes processos que se cruzam e interpenetram: globalização, individualização, democratização, mercantilização, conectividade e reflexividade. Vivemos no mundo e esse mundo está sempre mais interligado. Nele, as fronteiras parecem evaporar. Graças às redes de informação e comunicação, nele se sabe de tudo o tempo todo. Isso aumenta o poder de fogo das comunidades, mas também lhes cria diversos problemas. Disseminando-se como a lava de um vulcão, esse processo agita e abala os alicerces das sociedades e dos Estados. De alguma maneira, ajuda a que se completem os movimentos de democratização e individualização, que desde o início da era moderna estavam ativos no mundo ocidental, e que progressivamente foram chegando ao Oriente e às demais partes do globo. Hoje, há mais indivíduos do que grupos ou classes, no sentido de que as sociedades movimentam-se mais em função de ações individuais do que de ações coletivas, como se fossem compostas por “multidões” de pessoas e de agregações (de “tribos”) que se mantêm juntas por certo tempo, mas não por toda a vida. Há menos referências coletivas ou grupais, as pessoas seguem caminhos próprios, respondem por seus atos e por suas escolhas sem muitos anteparos.

Há ao mesmo tempo uma crise sistêmica do capitalismo e uma radicalização da experiência de vida moderna. Combinando-se de diferentes maneiras, ambos os processos produzem múltiplos efeitos reordenadores da economia, das relações sociais, dos comportamentos individuais, das imagens de sociedade, cultura e natureza. A economia mundial financeirizada e o fortalecimento unilateral dos mercados constituem uma plataforma produtiva impregnada de tecnologia, conhecimento e informação, que traz consigo a redução da centralidade e a desorganização do mundo do trabalho. Vive-se num grande mercado, que parece impor, fiel à sua lógica, a corrosão das estruturas coletivas e a apologia do indivíduo racional, isolado em si e autossuficiente. O conceito de “sociedade em rede” (Castells) busca dar conta de uma situação em que categorias tradicionais e claras como indivíduo e sociedade ganham novas características. Modifica-se o modo mesmo como se concebe a coesão e a articulação sociais, que passam a depender sempre mais da interação dos indivíduos entre si e do funcionamento de redes sociais de maior ou menor complexidade. Na medida em que é cada vez mais vista e tratada como uma “rede”, e não como uma “estrutura”, a sociedade passa a ser encarada e vivida como “uma matriz de conexões e desconexões aleatórias e de um volume essencialmente infinito de permutações possíveis” (BAUMAN, 2007, p. 9).

Diferentes vertentes da sociologia têm se debruçado sobre esse processo. Nele, o que parece vir à luz é aquilo que Touraine designou como fim da visão e da organização “puramente social da vida coletiva”, da ideia de sociedade capaz de se autofundar, de se autorregular e de se autotransformar. Nos países mais modernizados (ou que vivem numa modernidade mais radicalizada), a “decomposição da sociedade atinge suas formas extremas quando o elo entre o sistema e o ator se rompe, quando o sentido de uma norma para o sistema não corresponde mais ao sentido que ela tem para o ator” (TOURAINÉ, 2006, p. 55-57 e 77). Na esteira de um aprofundamento sem precedentes da individualização, as sociedades elas mesmas se individualizam e passam a descarregar sobre as costas dos indivíduos a resolução de uma série sem-fim de dilemas e problemas, para o que eles não estão

preparados e nem possuem os recursos necessários (BAUMAN, 2008). A crise da representação política, a apatia política, a perda de qualidade da democracia, o “declínio do homem público” (SENNETT, 1989) e a sempre mencionada ruptura dos laços sociais são a expressão mais visível de um processo que está a revirar os fundamentos do modo de vida moderno. Ao menos no sentido tradicional em que tem sido até agora compreendida, a sociedade encontra-se sob assédio (Bauman).

O conceito de *reflexividade* pode ser útil para que se entenda um dos eixos mais consistentes da vida atual. Os processos atuais não encontram mais “adversários” que a eles se oponham de modo frontal. A vida “tradicional” está se desfazendo com rapidez, ainda que não de modo passivo, sem dor ou em silêncio. A vida moderna, com isso, passa a se confrontar com seus próprios efeitos e dilemas, torna-se um problema para si mesma. Há reflexividade, também, no fato de que tudo repercute em tudo (tudo reflete em tudo) e no fato de que cada um de nós está de certo modo “obrigado” a refletir o tempo todo sobre todas as coisas, questionando tudo ou, o que dá no mesmo, aceitando orientações díspares durante prazos cada vez mais curtos.

A combinação desses processos modifica o peso relativo e o modo de ser das diferentes “áreas” da sociedade, dos grupos e dos indivíduos. Abala convicções e instituições, dilata as agendas e põe em dúvida os procedimentos com que se organizam as atividades e as decisões. Altera-se assim a relação “normal” entre a política (o sistema político) e a vida, com a exacerbação dos componentes perversos e das dificuldades da política e, ao mesmo tempo, com a ampliação e a confusão das expectativas sociais.

A vida atual está saturada de busca de produtividade, de competitividade, de autonomia individual, de expectativa de progresso contínuo e ilimitado, de fé na ciência. A época parece estar “fora de controle”, incapacitada para se auto-organizar e elaborar de modo estável sua própria autoconsciência. Formas agudas de particularismo, de conformismo e de despolitização reapareceram com intensidade. O fanatismo e o fundamentalismo exibem tanta força quanto o retorno de crenças e práticas desprovidas de maior fundamento racional, como a astrologia, a mediunidade, a autoajuda. Movidas por tecnologias velozes, pelo domínio do econômico, pela mixórdia simbólica da vida cotidiana, as sociedades modernas parecem estar se distanciando das razões iluministas que as fundaram. A violência, a insegurança e o medo integraram-se ao cotidiano. A ciência é exuberante, mas seus frutos não chegam ao conjunto dos habitantes da Terra. O próprio desenvolvimento parece ter perdido sentido. Quando acontece, não consegue fixar limites para si e em nome da necessidade de aumentar a produção e criar empregos acaba por dilapidar a natureza e violentar as pessoas.

Os efeitos da combinação de capital mundializado, revolução tecnológica e febre de informação afetam de modo particularmente forte os mecanismos e valores da representação, da governabilidade democrática e do Estado. Explodem negativamente no âmbito da política. Os Estados são forçados a dividir o cenário com organizações, empresas e movimentos transnacionais; acabam por compartilhar sua soberania. A política muda de forma: deixa de se identificar com o instituído (o Estado, os sistemas) e abre-se para uma sociabilidade explosiva e multifacetada, sendo forçada a rever seu sentido, seus sujeitos e seus marcos institucionais.

Com a expansão das conexões e o avanço das tecnologias de informação e comunicação, uma espécie de “território virtual” surge por sobre os territórios físicos, de certo modo impondo-se a eles e os sufocando. Tudo aquilo que é nacional e fixo (instituído) se desestabiliza, ainda que não necessariamente em sentido catastrófico. A convivência social,

a vida política e a governabilidade das sociedades ficam condicionadas pela multiplicação e pela fragmentação dos interesses, pela ampliação frenética das demandas, por graves dificuldades de coordenação e direção, pela incerteza e pela insegurança, pelo enfraquecimento das lealdades e dos vínculos de pertencimento.

Em meio à turbulência, os processos típicos da modernidade ganham potência e aprofundamento. Há mais fragmentação e mais diferenciação, para falar daquilo que se percebe com maior facilidade. Ao se radicalizarem, tais processos adquirem contornos novos e passam a produzir efeitos distintos, além de se interpenetrarem de maneiras muitas vezes surpreendentes. A velocidade – que aumenta sem cessar graças à rápida e constante inovação tecnológica –, a grande disponibilidade de informações e a maior facilidade que se tem de processá-las, a acelerada reestruturação produtiva e um mercado incessantemente ativado exigem múltiplas adaptações nos diferentes planos da vida: na família, na escola, no trabalho, no consumo, nos relacionamentos afetivos, na cultura. Modelos, verdades, convicções operacionais e sistemas de procedimento entram em crise.

A individualização ganha novo impulso, avançando em termos de liberação dos indivíduos, de descolamento entre indivíduos e instituições sociais, de autonomia dos indivíduos *vis-à-vis* as predeterminações coletivas. A própria dinâmica das instituições se “personaliza”, volta-se para os indivíduos, para as pessoas, mais que para o coletivo. O individualismo, assim, institucionaliza-se. Por um lado, as instituições passam a levar sempre mais em conta as demandas, os interesses e as expectativas individuais, com o que perdem em capacidade de normatização e regulação e ganham em termos de ineficiência. Por outro lado, sobrecarregam os indivíduos, na medida em que tendem a transferir para eles a solução de inúmeros problemas tipicamente institucionais derivados de seu próprio mau funcionamento. (BECK, 2003, p. 67-73).

Soltos de seus grupos e livres das exigências coletivas, que muitas vezes os amarravam, os indivíduos movimentam-se mais. Desejam participar das decisões que lhes dizem respeito, opinar, discutir os mais diferentes assuntos, explorar as informações e duvidar de tudo. A democracia participativa e deliberativa avança como cultura, ainda que de modo imperfeito. Os indivíduos se tornam “reflexivos” e transferem “reflexividade” para os ambientes em que atuam. Tudo, nos mais diferentes lugares, passa a estar em discussão o tempo todo, a ser um permanente objeto da reflexão de todos e a refletir em tudo. A consequência disso é tripla. Por um lado, há mais opiniões e mais pontos de vista a serem considerados, o que em princípio enriquece a democracia. Por outro lado, a discussão permanente prolonga o tempo de deliberação e dificulta bastante a definição das agendas, isto é, daquilo que deve ser privilegiado como prioritário por uma dada associação ou uma dada comunidade. Por fim, uma sociedade em que cada ato reflete e repercute em tudo se torna ela mesma instável e turbulenta, pouco planejável, previsível e controlável.

Nesse contexto, o próprio poder modifica sua configuração: dissemina-se pelas estruturas, transferindo-se para sistemas e circuitos sempre mais “invisíveis”, difíceis de serem reconhecidos, evitados ou combatidos. Dilui-se nas infovias, na velocidade geral da vida, na pluralização dos atores e na fragmentação das estruturas. Como a própria base das sociedades se altera, o poder também ganha outros contornos. O “poder dos fluxos” torna-se mais importante que os “fluxos do poder”, do mesmo modo que a morfologia social passa a ter “primazia sobre a ação social” (CASTELLS, 1999, p. 497). As instituições dividem-se mais, perdem operacionalidade e ficam de certo modo sem centros unificadores claramente estabelecidos e reconhecidos. Os sujeitos políticos, por sua vez, já não sabem com precisão em que direção caminhar ou contra quem lutar. A chegada aos governos não

mais representa a conquista de maior poder para transformar a vida, adotar novas políticas e reformar as estruturas. Os governos, na verdade, subsumem-se a poderes maiores, mais imprecisos e indeterminados, que se espalham por redes virtuais, pelos dutos de informação, pelas transações comerciais e financeiras.

Em suma, nesse contexto a política perde poder simplesmente porque deixa de poder decidir, sobretudo no que diz respeito à política econômica e à política social, e também porque passa a ter menos capacidade de interpelar os cidadãos, seja porque não consegue implementar decisões e os decepciona, seja porque passa a agir com os olhos em si mesma e perde relevância para as pessoas.

A época fica então cortada por um paradoxo: há nela mais democracia, mais pluralidade e mais opiniões mas, ao mesmo tempo, há mais dificuldades para se agregar interesses, coordenar ações e definir agendas. Podemos dizer de outro modo: há mais autonomia e simultaneamente mais anomia, quer dizer, mais espaços para a livre movimentação das pessoas e mais ausência de regras e de consensos socialmente construídos. O poder político parece flutuar. Não sabemos bem onde ele está, ainda que saibamos que está em algum lugar. No final de tudo, ficamos sem saber se o poder político, qual seja, aquele que se vale da “força” para conseguir obediência às suas decisões, tem algum sentido e alcance. A própria potência democrática do social permanece represada.

Não há, no entanto, somente perdas e ruínas. A humanidade também avança: ganha em autonomia, mobilidade, democracia, informação e conhecimento, embora perca em termos de organicidade, institucionalidade, justiça e igualdade.

Nos países periféricos, que experimentam uma modernização mais recente e ainda imatura, como é o caso do Brasil, esse processo afirma-se com uma dose extra de perversão, na medida em que se combina com a ampliação das zonas de miséria e a compressão das possibilidades de autodeterminação, ou seja, com a desigualdade e a barbárie social convertidas em componentes “normais” da vida cotidiana. Em decorrência do prolongamento do passado e da força das interações sócio-políticas tradicionais, que ajudam a manter ativa a expectativa de um destino comum, o processo é amortecido: fica “menos” radical mas se torna mais cruel e brutal.

A política como incômodo

A política nos incomoda porque não está sendo capaz de responder às nossas expectativas e porque, nos movimentos que empreende para tentar fazer isso, é obrigada a empregar todos os meios e todos os recursos, aí incluídos os menos “nobres”. Os políticos, os governantes e as instituições políticas típicas (partidos, administração pública, governos, parlamentos) são obrigados a fazer o impossível para tentar controlar os processos e impor suas decisões, ou ao menos parte delas. Como não obtêm êxito nessas tentativas, acabam por nos desagradar ainda mais, seja pelos procedimentos de que se valem (corrupção, chantagem, pressão, ausência de ideias), seja porque produzem poucos resultados.

Nas condições atuais, não conseguimos entender direito para que servem o sistema político e os políticos. Não entendemos sequer qual a função e qual o alcance dos governos e achamos que o Estado é sempre mais um “mal necessário”. Continuamos a viver dentro de Estados nacionais e soberanos, com cada vez mais direitos, mas não nos sentimos propriamente “protegidos”.

Há uma limitada capacidade de controle e de intervenção da política sobre as fontes que geram as mudanças e produzem os nossos problemas. As decisões que alteram nossas vidas

não são tomadas pelo sistema político, mas pelo sistema econômico-financeiro e pela dinâmica tecnológica, que se politizam e passam a produzir efeitos diretos sobre a vida social, mudando sua forma e suas escolhas. Um desequilíbrio manifesta-se assim, opondo o mundial e o local: “os parâmetros mais decisivos da condição humana são agora forjados em áreas que as instituições do Estado-nação não podem alcançar. Os poderes que presidem a preservação e a mudança dessas condições são cada vez mais globalizados, enquanto os instrumentos de controle e influência do cidadão, por mais poderosos que sejam, continuam limitados ao nível local” (BAUMAN, 2000, p. 172).

Em “tempos líquidos”, ocorre uma espécie de divórcio entre poder e política, determinado tanto pelas mudanças que alteraram o peso relativo de Estado e mercado, quanto pelas transformações estruturais que estão a afetar o modo de vida e a organização das sociedades. “Grande parte do poder de agir efetivamente, antes disponível ao Estado moderno, agora se afasta na direção de um espaço global (e, em muitos casos, extraterritorial) politicamente descontrolado, enquanto a política – a capacidade de decidir a direção e o objetivo de uma ação – é incapaz de operar efetivamente na dimensão planetária, já que permanece local” (BAUMAN, 2007, p. 8).

Quando isso acontece, as sociedades ficam despojadas de parte importante daquilo que dá sentido ao viver coletivo. Perdem-se referências e códigos comuns que ajudam as pessoas a resolver seus conflitos e a ver esclarecidos os motivos que as levam a permanecer juntas. “A vida coletiva continua a funcionar como uma máquina, mas os cidadãos não creem mais no Estado e nos partidos, que lhes aparecem como uma força hostil e incompreensível, e fogem da realidade para tentar encontrar alguma compensação para a frustração de ter de se submeter a uma ordem insensata”. Mergulha-se assim numa situação de risco e perigo: sem a política, “toda a sociedade se precipita em uma luta obscura destituída de objetivos claros e distintos. Os interesses e as paixões são postos em cena sem forma, na sua materialidade brutal, no seu extremismo radical” (BARCELONA, 1997, p. 8, 14).

Apesar disso, o sistema político permanece como a principal arena da política. Não responde aos problemas, mas chama para si as soluções. Não se renova, ou faz isso muito lentamente, como se estivesse engessado. Abre-se assim uma zona de não-comunicação entre aquilo que está instituído mas não funciona bem (o sistema) e aquilo que está em movimento (a vida, os interesses) mas não se legitima nem consegue se autogovernar.

Não é por outro motivo que falamos cada vez mais em ingovernabilidade, governança, reforma, crise de legitimação, corporativismo, declínio e perda de qualidade da política. A concentração de nossas atenções em tais temas reflete a expectativa de que venhamos a ter melhores condições para nos governar, se possível com um simultâneo declínio do desconforto que nos causa a política e os políticos.

Também é por isso que não temos dificuldade de constatar a repetição rotineira de alguns fatos básicos nas democracias contemporâneas: desinteresse e flutuações erráticas dos eleitores; instabilidade e ineficácia dos governos; inoperância dos partidos; escândalos, mal-estar e corrupção. Diante do quadro, cresce inevitavelmente a mobilização voluntária dos cidadãos, aumentam as ações cívicas de protesto, a reivindicação permanente de direitos e apelos à Justiça, as tentativas de “autogestão” e de resolução voluntarista dos problemas. A política fica assim submetida aos prazos e ritmos ou da disposição das pessoas, ou dos rigores e prazos dos tribunais, ou dos humores dos mídia.

Podemos falar isso de outra maneira: a política (o sistema) está sendo sobrepujada e questionada por novas formas de *ação subpolítica*, ou seja, de mobilização cívica, de

deliberação em fóruns pouco institucionalizados, de atuação voluntária, de iniciativas mais ágeis e fugazes. O vazio político das instituições faz-se assim acompanhar de um “renascimento não institucional do político” (BECK, 1997, p. 28-36). Na base disso, a democratização, o desejo de que se tenha uma atuação mais leve, rápida e “livre”, a valorização dos direitos humanos, a postulação ética. Proliferam, assim, as redes de ação voluntária, as ONGs, os fóruns e as assembleias deliberativas, os grupos de interesse, tudo impulsionado pela convicção de que se deve “agir” e “participar”.

Tanto a luta por direitos (por identidade e reconhecimento) quanto a postulação ética e a preocupação com a produção de respostas mais rápidas colidem com a natureza mais “lenta” e procedimental da política instituída e sistematizada. Não se aceita mais a idéia de que existam soluções “ótimas” a serem fornecidas pelo sistema político: admite-se, ao contrário, a permanente existência de múltiplas soluções, que não seguem modelos pré-estabelecidos ou argumentos de autoridade tecno-política (dos governantes, dos gestores, dos técnicos governamentais) e devem ser construídas no correr de uma deliberação coletiva. Tudo, no fundo, direciona-se contra os poderes (inclusive ou sobretudo os do Estado), as rotinas, as hierarquias. Abre-se uma perspectiva de ampliação da idéia mesma de política. O próprio poder, a autoridade política, é obrigado a se “decentrar”, a se abrir para a sua “periferia”, delegando a ela fatias maiores de responsabilidade.

O incômodo causado pela política, assim, está estruturalmente determinado. Tal fato não absolve as falhas políticas, a falta de caráter de tantos políticos e o mau desempenho dos governos, mas ajuda a explicar isso tudo. Nossas sociedades estão dilaceradas e contagiadas por processos que não estão podendo ser controlados. Fica difícil imaginar que, nesse quadro, a política possa se traduzir em termos virtuosos e agradar. Mas não se trata de algo paralisante ou catastrófico. Sobre aquela determinação estrutural continuam a reverberar os procedimentos políticos, as opções governamentais, os parâmetros institucionais, a movimentação associativa e as escolhas sociais. E como tudo ainda está sob nosso controle relativo, nem tudo está perdido. Quanto melhores forem nossas escolhas e quanto maior for nossa capacidade de compreensão e ação, mais chances teremos de ser bem governados e nos reconhecemos na política.

Luz no fim do túnel

O incômodo que a política atual nos causa deriva, portanto, da sensação real de que os governos e os políticos não decidem ou não conseguem impor suas decisões. Com o mau funcionamento da política e o hiato que se abre entre ela e a vida social, aumentam os procedimentos “amorais” no sistema político, em parte provocados pelo afã de se conseguir governar ou de se aprimorar a governança, em parte derivados da dificuldade que têm as sociedades de controlar a política e de forçar os governos e os políticos a responder por seus atos, a praticar *accountability*. O panorama atual está repleto de “crises” (dos partidos, dos sistemas políticos), de governos que governam pouco, que são instáveis, que oscilam e se recompõem o tempo todo. O deslocamento das expectativas sociais para a subpolítica se faz acompanhar de uma ritualização pouco produtiva da política.

Paradoxalmente, crescem desse modo as possibilidades de oposição. A ativação dos cidadãos em torno de inúmeras temáticas não se faz de modo isolado nem se caracteriza pela baixa potência. Ao contrário, repercute intensamente, precisamente porque tende, quase sempre, a receber o apoio de dois dos mais importantes fóruns da subpolítica: os tribunais e a esfera pública dos mídia. O modelo da democracia especializada passa a sofrer a concorrência (e com ela a receber impulsos reformadores) de novas formas de cultura

política, sustentados pelos “centros heterogêneos da subpolítica” (Beck). Não faz muito sentido imaginar que tudo isso venha a ser sem consequência.

No curto prazo, pode-se cogitar de um agravamento da crise da política e de um aumento das dificuldades de governança, *pari passu* à expansão das demandas e expectativas sociais. Não voltaremos a ter confiança na política de um dia para outro, por obra de alguma reforma salvacionista. Será preciso projetar alguma intervenção abrangente no longo prazo, algo que mexa com as instituições e com as idéias, com os interesses e com os valores. A reposição mais plena da política somente poderá vir de um reformismo progressivo que reponha a dimensão substantiva das escolhas; que dê mais clareza e coerência às instituições políticas (partidos, sistemas eleitorais, parlamentos); que politize o ativismo cívico e o faça interagir com o Estado; que articule participação e representação e auxilie a política-sistema a se voltar para a produção de resultados socialmente significativos, rompendo com a redoma especializada em que foi trancafiada.

No fundo, a política deixará de nos incomodar – passando a nos dar retorno positivo – quando pudermos submeter a vida (os mercados, a economia, os interesses, os poderes) à regulação democrática. Quando o poder se reencontrar com a política, escapando dos circuitos globais capitalistas, dos bancos, das Bolsas de Valores e das grandes corporações. Não se trata de voltar ao nacional ou de fechar os territórios e as populações ao contato com o mundo. Nem muito menos de “reprimir”, ironizar ou duvidar da potência das novas formas de ação (sub) política. Seria o caso, na verdade, de pensar na direção oposta: valorizar o que segue vias alternativas e questiona o que está rotinizado ou cristalizado, mas que, ao mesmo tempo, se desdobra em proposições democráticas e plurais, em novas modalidades de entendimento coletivo e de Estado. No plano mais geral, isso significaria universalizar e democratizar a globalização, ou seja, distribuir equanimente seus custos e sobretudo seus benefícios, horizontalá-la e fazê-la se vincular a um entendimento global sobre seu caráter e seus rumos, incluindo as manifestações e as formas emergentes de subpolítica (fóruns, movimentos, redes) na dinâmica da governança mundial, compensando o enfraquecimento relativo dos Estados nacionais e dando maior expressão à diversidade política.

Referências bibliográficas

BARCELLONA, P. (1997). *Politica e passioni*. Torino, Bollati Borinieri.

BAUMAN, Z. (2000). *Em busca da política*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

----- (2008). *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Tradução José Gradei. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

----- (2007). *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

BECK, U. (2003). *Liberdade ou capitalismo*. Tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo, Editora Unesp.

----- (1997). A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In BECK, U., GIDDENS, A. & LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Tradução Magda Lopes. São Paulo, Editora Unesp, p. 11-71.

GIDDENS, A. (2002). *Modernidade e identidade*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

Revista Estudos Políticos

ISSN 2177-2851

Número 4 – 2012/01

SENNETT, R. *O declínio do homem público. As tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

TOURAINE, Alain (2006): *Um novo paradigma. Para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis, Vozes.